

**A REDE DE BIBLIOTECAS JURÍDICAS DO PODER PÚBLICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA PROPOSTA**

por

Manoel Izidoro da Fonseca

Monografia de conclusão do II Curso de  
Pós-Graduação em Administração  
Judiciária da Fundação Getúlio Vargas.

Rio de Janeiro, 2005

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	4
2. METODOLOGIA .....	5
2.1. Tipo de pesquisa .....	5
2.2. Universo e amostra .....	6
2.3. Seleção de sujeitos .....	6
2.4. Coleta de dados .....	6
2.5. Tratamento dos dados .....	7
2.6. Limitações do método .....	8
3. COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS: HISTÓRICO .....	8
3.1. Cooperação no exterior.....	8
3.2. Cooperação no Brasil.....	11
4. ATIVIDADES COOPERATIVAS E PRODUTOS .....	13
4.1. Catalogação cooperativa .....	13
4.2. Comutação bibliográfica .....	15
4.3. Desenvolvimento de coleções .....	15
4.4. Empréstimo direto ao usuário .....	16
4.5. Empréstimo entre bibliotecas .....	17
4.6. Indexação de periódicos .....	17
4.7. Preservação .....	18
4.8. Base de dados de artigos de periódicos .....	18
4.9. Catálogo coletivo (base de dados bibliográficos) .....	19
4.10. Catálogo coletivo de periódicos (base de dados de periódicos) .....	20

5. REDES DE BIBLIOTECAS .....	20
5.1. Conceito .....	20
5.2. Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI .....	21
5.3. Rede Bibliodata .....	24
6. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INTEGRAÇÃO EM REDE .....	25
6.1. Para a biblioteca .....	25
6.2. Para o usuário .....	27
7. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS JURÍDICAS DO PODER PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....	28
7.1. Dimensão da rede .....	28
7.2. Objetivo .....	28
7.3. Estrutura organizacional .....	29
7.4. <i>Software</i> .....	29
7.5. Ações cooperativas .....	30
8. CONCLUSÃO .....	32
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
10. ANEXOS .....	36

## 1. INTRODUÇÃO

A integração de bibliotecas em rede está longe de ser novidade. No entanto, várias instituições ainda não se motivaram a participar deste tipo de empreendimento.

É bem verdade que o impulso para a criação desta forma de cooperação entre bibliotecas, bem como a própria expressão rede de bibliotecas, adveio do que hoje chamamos tecnologia da informação, ou seja, adveio do uso do computador em bibliotecas e do desenvolvimento da comunicação à distância.

O tema é relevante na medida em que traz benefícios tanto para as instituições quanto para os usuários.

No Brasil temos algumas redes de bibliotecas em funcionamento. Na área jurídica destaca-se a Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI, gerenciada pelo Senado Federal e que reúne 15 bibliotecas do Distrito Federal, cujas bases de dados estão disponíveis na *web*.

Considerando os excelentes serviços prestados pelas redes em geral e, em especial pela rede acima citada, o objetivo final deste trabalho é:

Propor a formação da rede de bibliotecas do poder público do Estado do Rio de Janeiro integrada pelo Tribunal de Justiça - TJRJ, Escola da Magistratura - EMERJ, Assembléia Legislativa - ALERJ, Procuradoria Geral do Estado – PGE-RJ e Ministério Público – MP-RJ.

Os objetivos intermediários são:

- a) Apresentar histórico da cooperação entre bibliotecas;
- b) Descrever as atividades cooperativas mais comuns em redes de bibliotecas e os produtos destas atividades;
- c) Descrever o funcionamento de redes de bibliotecas existentes no país;
- d) Identificar as vantagens e eventuais desvantagens, para os usuários e as bibliotecas, da integração em rede;

e) Identificar nas bibliotecas participantes da rede proposta, o quantitativo do acervo, atividades técnicas que desenvolvem e o *software* de automação de bibliotecas que utilizam.

No capítulo seguinte a esta introdução será apresentada a metodologia. O capítulo três será dedicado ao histórico da cooperação entre bibliotecas no exterior e em nosso país. Posteriormente, no quarto capítulo, serão descritas as atividades cooperativas mais comuns realizadas entre bibliotecas e os produtos resultantes destas atividades.

O conceito de rede de bibliotecas e a descrição do funcionamento de duas redes brasileiras (a rede RVBI e a rede Bibliodata) serão objeto do quinto capítulo. Na seqüência, no próximo capítulo, o trabalho identificará as vantagens e desvantagens da integração em rede, tanto para o usuário das bibliotecas, bem como para as instituições cooperantes.

Por fim, será apresentada a proposta para formação da rede de bibliotecas jurídicas do poder público do Estado do Rio de Janeiro, seguida pela conclusão.

Como anexos o trabalho incluirá figuras ilustrativas de catálogos coletivos de livros, de periódicos e artigos de periódicos e as respostas do questionário no qual se baseou a entrevista feita com profissionais das bibliotecas que integrariam a rede proposta.

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1. Tipo de pesquisa**

Para classificar o tipo de pesquisa a ser realizado, toma-se por base a divisão proposta por Vergara (2000), que se refere aos fins e aos meios.

Portanto, quanto aos fins, a investigação, neste trabalho, será descritiva e aplicada. Descritiva, porque descreverá o funcionamento e as vantagens da integração em rede de bibliotecas, bem como de algumas redes de bibliotecas já existentes. Considera-se também aplicada, porque propõe uma forma de resolução de problemas tais como o acesso a um acervo maior e mais representativo e desperdício de recursos.

Quanto aos meios, a pesquisa será bibliográfica e de campo. Bibliográfica, na medida em que todo o suporte teórico advirá de livros, artigos de periódicos e material disponível na internet. A pesquisa de campo será empreendida por meio de entrevistas com as diretoras das bibliotecas ou com outros profissionais habilitados das instituições do Estado do Rio de Janeiro objeto da proposta. A entrevista será o instrumento de coleta de dados referentes à situação destas bibliotecas com vistas à integração em rede.

## **2.2. Universo e amostra**

O universo será as bibliotecas jurídicas do poder público do Estado do Rio de Janeiro.

A amostra será composta pelas bibliotecas das seguintes instituições do Estado, já anteriormente citadas: TJRJ, EMERJ, ALERJ, MP-RJ e PGE-RJ.

## **2.3. Seleção de sujeitos**

Serão entrevistados os diretores ou profissionais habilitados das bibliotecas do TJRJ, ALERJ, EMERJ, MP-RJ e PGE-RJ, instituições objeto deste estudo.

## **2.4. Coleta de dados**

Os dados serão coletados principalmente, por meio de pesquisa em livros, obras de referência, artigos de periódicos e internet. Estes dados serão o fundamento para alcance dos objetivos intermediários deste projeto. Assim, será realizada pesquisa sobre a história da cooperação entre bibliotecas, serão descritas as ações cooperativas mais comuns e seus produtos, será descrito o funcionamento de redes de bibliotecas existentes no país e serão identificadas as vantagens de formação da rede. Considera-se, portanto, que a investigação bibliográfica é o meio mais adequado de coleta e bastará para cumprimento destes objetivos.

Se, eventualmente, os dados coletados por este meio não forem suficientes, pretende-se recorrer a consultas a profissionais que gerenciam ou já tenham gerenciado redes de bibliotecas.

Para alcance do outro objetivo intermediário, o de identificar nas bibliotecas integrantes da rede proposta, dados do acervo, das atividades e do *software* utilizado, será utilizada a entrevista semi-estruturada (modelo em anexo D) com os gestores ou profissionais habilitados destas bibliotecas. Estes dados subsidiarão a formulação da proposta final.

A escolha da entrevista como instrumento de pesquisa de campo se deve à informalidade e ao fato de propiciar um contacto mais próximo com a realidade da biblioteca. Assim, preferiu-se esta forma ao questionário que é muito impessoal e rígido.

O objetivo final será alcançado, conseqüentemente, pela conjugação dos meios acima descritos.

## **2.5. Tratamento dos dados**

O tratamento dos dados será qualitativo. Somente alguns dados terão tratamento quantitativo elementar, como os referentes a totalização do acervo das bibliotecas participantes.

Os dados colhidos nas fontes bibliográficas, devidamente analisados, serão complementados com os dados concernentes à realidade das bibliotecas que integrarão a rede, estes obtidos através de pesquisa de campo. Deste cotejo, espera-se concluir como a rede será formada.

## **2.6. Limitações do método**

A pesquisa bibliográfica depende muito da capacidade do pesquisador em selecionar as melhores fontes, em interpretar e extrair o mais significativo nos textos. Também depende da habilidade do pesquisador em navegar na internet. Neste projeto, a experiência do pesquisador na área de biblioteconomia será de muita valia na investigação bibliográfica.

A investigação de campo, instrumentalizada pela entrevista, dependerá da boa vontade do entrevistado em fornecer todos os dados de forma correta e precisa e à habilidade do entrevistador em obtê-los.

Algumas dificuldades surgem de imediato. A bibliografia na área de biblioteconomia no Brasil, infelizmente é escassa. Será necessário, então, recorrer à produção bibliográfica estrangeira.

No que se refere às informações das bibliotecas participantes da rede proposta, como são básicas, simples e diretas, sem maiores complexidades, acredita-se que na pesquisa de campo se consiga todas estas informações ou até numa eventual pesquisa ao *site* das instituições na internet.

## **3. COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS: HISTÓRICO**

### **3.1. Cooperação no exterior**

A cooperação entre bibliotecas é tradicional. O início desta prática se perde no tempo.

Kraus, *apud* Woodsworth (1991, p. 6), expressa bem como é inerente às bibliotecas a idéia de cooperação: “The idea that libraries should, in some way, find means to work cooperatively to provide people with access to books unavailable in nearby libraries is a deeply rooted concept in librarianship.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A idéia de que as bibliotecas deveriam, de algum modo, encontrar meios de trabalhar cooperativamente para possibilitar às pessoas acesso a livros indisponíveis em bibliotecas próximas é um conceito profundamente enraizado em biblioteconomia (Tradução livre do autor deste projeto.)



Comprovando que o conceito de trabalhar cooperativamente é tão arraigado, Kraus e outros, citados por Woodsworth (1991), relatam que há evidências da existência de um catálogo coletivo<sup>2</sup> de manuscritos de bibliotecas de monastérios no século XIII. Relatam ainda, outros exemplos interessantes como o da existência, em 1740, na Alemanha, de um acordo de intercâmbio entre três bibliotecas universitárias que incluía a elaboração de um catálogo coletivo e o da criação, pela Universidade de Marburg, na Alemanha, em 1817, de uma instituição que promovia o intercâmbio de publicações.

Nos Estados Unidos, segundo Woodsworth (1996), a cooperação entre bibliotecas pode ser dividida em fases.

A primeira fase iria do início do século XX até os anos sessenta. Nesta época não havia computadores nem fotocopiadoras. Os meios de comunicação disponíveis para transmissão de mensagens eram o telefone e os serviços postais, neste incluído o serviço de telegrafia.

A atividade mais comum de cooperação entre bibliotecas era o empréstimo interbibliotecário, tanto que para padronizar esta atividade foi adotado um código de empréstimo interbibliotecário pela *American Library Association*.

Outra prática, digna de nota, nesta fase, que veio a favorecer o empréstimo de publicações entre bibliotecas foi o surgimento de publicações coletivas relacionando dados de determinados tipos de obras e as bibliotecas que as possuíam em seu acervo. Estas publicações são chamadas, nos Estados Unidos, de *union lists* e no Brasil de catálogos coletivos. Assim, o primeiro catálogo coletivo de periódicos, nos EUA, foi publicado em 1927. Um outro catálogo coletivo de periódicos oficiais, publicações do governo, veio a lume em 1932 e outro sobre jornais americanos em 1937.

Dois programas cooperativos de aquisição de publicações também podem ser mencionados: o *Center for Research Libraries* e o *Farmington Plan*. O *Center for Research*

---

<sup>2</sup> Para consultar definição de catálogo coletivo ver 4.9.

*Libraries* foi criado em 1949 por bibliotecas universitárias para aquisição de obras raras ou outras cujo valor fosse tão elevado que não pudesse ser adquirido por uma biblioteca isoladamente.

Já o *Farmington Plan*, teve início em 1948 para compartilhar a aquisição de publicações em idioma estrangeiro. Este programa foi finalizado em 1972, porém o *Center for Research Libraries* existe até hoje.

A segunda fase, ainda segundo Woodsworth (1996), se estendeu do início dos anos sessenta a meados dos anos setenta. Transcorreu num ambiente político liberal. O crescimento populacional era rápido. Notava-se uma verdadeira explosão da informação e havia recursos financeiros governamentais para aplicação no desenvolvimento de redes de bibliotecas.

Neste período iniciou-se a utilização de computadores nas bibliotecas. Computadores de grande porte (*mainframe computers*) foram usados para automação dos processos internos das bibliotecas como a catalogação, por exemplo. Surgiram também, nesta fase, as redes de bibliotecas.

A primeira e talvez até hoje, mais importante e bem-sucedida rede de bibliotecas é o *Online Computer Library Center* - OCLC. Foi criada em 1967, com a denominação de *Ohio College Library Center* e em 1972 teve a denominação alterada para o anteriormente mencionado.

A rede tornou-se *on-line* em 1971.

Segundo Robredo (1986), o OCLC agrupava, em 1974, cerca de duzentas bibliotecas situadas no estado de Ohio e em outros estados norte-americanos. Já em 1986, segundo o mesmo autor, reunia mais de três mil bibliotecas dos Estados Unidos, Canadá, México, Reino Unido e outros países.

Robredo (1986) descreve o OCLC como um sistema integrado orientado para o usuário, que, entre outros, abrange os seguintes subsistemas: catalogação cooperativa e catálogo coletivo; controle de periódicos; empréstimo entre bibliotecas *on-line* e comutação bibliográfica; controle de aquisição e o controle de circulação.<sup>3</sup>

Em 2005, conforme o *website* da rede em ABOUT (2005), mais de 50.540 bibliotecas de 84 países e territórios usam os serviços do OCLC para localizar, adquirir, catalogar, emprestar e preservar materiais de biblioteca.

No mesmo local do *website* tem-se a informação de que pesquisadores, estudantes e os mais diversos profissionais e pessoas interessadas em conhecimento e informação usam os serviços do OCLC para obter informações bibliográficas, resumos ou textos na íntegra, quando e onde precisarem.

Mais de 9.000 instituições associadas ao OCLC mantêm o catálogo coletivo, *WorldCat*, produto da catalogação cooperativa. (WORLDCAT, 2005).

### **3.2. Cooperação no Brasil**

No Brasil, o empréstimo entre bibliotecas, pode-se inferir, foi a primeira atividade, muito embora a literatura não registre, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, a existência de um código que formalizasse tal prática.

Além da modalidade de empréstimo acima mencionada, a literatura da área registra experiências cooperativas precursoras no que refere à catalogação cooperativa e catálogos coletivos.

Sawaya, citado por PINHEIRO (1997), relata que em São Paulo, na década de quarenta, foi criada uma comissão na Universidade de São Paulo – USP que resultaria no catálogo coletivo de periódicos existente no Estado de São Paulo.

---

<sup>3</sup> No capítulo quatro são apresentadas genericamente algumas destas atividades como a catalogação cooperativa, catálogo coletivo, catálogo coletivo de periódicos (controle de periódicos) e comutação bibliográfica.

O ano de 1942 se constituiria em marco da história das ações cooperativas em nosso país. Neste ano foi criado o Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC por iniciativa do Departamento Administrativo de Serviço Público – DASP, em convênio com o Departamento de Imprensa Nacional – DIN.

Tratando do funcionamento e da produção do SIC, Ferreira e outros (1979, p.68) relatam que “Na divisão de tarefas, coube ao DASP as atividades de difusão dos serviços, recebimento, controle, revisão e elaboração das fichas catalográficas e ao DIN, as responsabilidades de impressão e venda das fichas catalográficas editadas.”

Em síntese, o serviço do SIC consistia na adequação das fichas catalográficas remetidas pelas bibliotecas cooperantes, manuscritas ou datilografadas e elaboradas fora dos padrões de biblioteconomia, às normas de catalogação, pelos técnicos do DASP. Posteriormente, o DIN as imprimia e vendia.

Ainda de acordo com Ferreira e outros (1979), o apogeu do serviço ocorreu durante os anos de 1947 a 1952, quando chegou a atingir o quantitativo de 200 bibliotecas cooperantes.

Em 1954, o Serviço é transferido para o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, sendo desativado em 1973 por diversas razões técnicas que prejudicavam a eficácia do serviço e devido ao declínio do interesse das bibliotecas pelo SIC.

Pode-se considerar que o SIC se constituiu num serviço precursor da catalogação cooperativa, que hoje é a atividade que caracteriza as redes de bibliotecas.

Quanto à formação de redes de bibliotecas, é curioso observar que, em 1943, o bibliólogo e erudito Rubens Borba de Moraes, citado por Cunha (1987, p. 23), já se preocupava com a questão:

“Uma biblioteca a mais não resolve o problema de um centro cultural. Do que necessitamos é de um sistema de bibliotecas, trabalhando em conjunto, umas suprimindo as deficiências das outras, cooperando. Estradas de ferro construídas a esmo nada adiantam para os transportes de um país. O que é útil é uma rede ferroviária. Pois o que precisamos, em nosso caso, é uma rede bibliotecária”

Apesar da clarividência e antevisão do autor, as redes de bibliotecas em nosso país só seriam formadas nos anos setenta.

Em 1972, conforme Maria Eliza Nogueira Loddo, citada por Passos (1995), foi iniciada a Rede SABI de bibliotecas, gerenciada pelo Senado Federal. Foi reestruturada em 1975 para permitir a participação de outras bibliotecas. Neste período, as primeiras bibliotecas a participarem da Rede foram a Biblioteca Técnica do PRODASEN e a Biblioteca do Estado-Maior da Armada do Ministério da Marinha.

Em 1977, de acordo com o histórico disponível no *website* da Rede Bibliodata em REDE (2005a), começou a ser desenvolvido o Projeto CALCO<sup>4</sup> que daria origem à Rede Bibliodata/CALCO que iniciou suas atividades em fins dos anos setenta e início dos oitenta. Em 1997, passou a ser denominada apenas Rede Bibliodata, em função da mudança do formato de registros bibliográficos de CALCO para USMARC.

#### **4. ATIVIDADES COOPERATIVAS E PRODUTOS**

São inúmeras as ações cooperativas que podem ser desenvolvidas em rede. Apresenta-se, neste capítulo, apenas algumas, as mais comuns. Os três últimos itens são os produtos destas ações.

##### **4.1. Catalogação cooperativa**

Poderia se dizer que é, por excelência, a atividade cooperativa das redes de bibliotecas.

Algumas redes têm até como único objetivo a formação de uma base de dados bibliográficos coletiva (ou catálogo coletivo se preferirem esta denominação) através da catalogação cooperativa.

---

<sup>4</sup> Catalogação legível por computador

A catalogação é uma atividade básica de qualquer biblioteca e consiste no registro dos dados correspondentes à descrição do livro (como autor, título, edição, local de edição, editor, data de publicação, colação<sup>5</sup> e outros), na base de dados de livros da biblioteca, de acordo com normas estabelecidas em códigos internacionais de catalogação.

É evidente que uma parte considerável do acervo de uma biblioteca se repete em outra biblioteca, principalmente quando o acervo destas é especializado em alguma área do conhecimento. Portanto, se imaginarmos, por exemplo, cinco bibliotecas jurídicas; cada uma delas terá forçosamente livros idênticos. Assim, cinco profissionais de cada uma destas instituições cataloga isoladamente o mesmo livro. É justamente neste ponto que a catalogação cooperativa auxilia na solução desta multiplicidade e repetição de esforços e conseqüente dispêndio de recursos humanos.

Num sistema de catalogação cooperativa, a biblioteca que recebesse o livro em primeiro lugar faria a catalogação normalmente. A partir daí, o registro bibliográfico deste livro, ou o que antigamente se chamava de ficha catalográfica, passaria a estar disponível na base de livros da rede. O bibliotecário da outra biblioteca participante da rede tem, por obrigação, de consultar a base de dados antes de iniciar qualquer catalogação.

Este bibliotecário, ao perceber que o registro bibliográfico do livro que vai catalogar já está na base, feito por outra biblioteca, apenas incluiria a sigla da sua biblioteca e algum outro dado específico da sua unidade. Ele não precisaria ter o trabalho de catalogar o livro, pois estaria, por assim dizer, aproveitando o trabalho do colega de outra biblioteca. Em alguns sistemas, bastaria apenas que ele “copiasse” para a base de dados da sua biblioteca.

A catalogação cooperativa resulta, isto é, tem como produto um catálogo coletivo ou base coletiva de dados bibliográficos (ver anexo A – exemplo de registro - base da RVBI).

Basicamente, a catalogação cooperativa consiste no exposto.

---

<sup>5</sup> A colação se refere a descrição das características físicas da obra como número de páginas, volumes, formato, ilustrações etc.

## **4.2. Comutação bibliográfica**

Robredo (1986) usa este termo para designar, de um modo geral, a atividade pela qual uma biblioteca possuidora em seu acervo de determinada obra, extrai cópia da mesma e a remete pelo correio, fax ou meio eletrônico. No entanto, esta expressão parece mais utilizada no âmbito do Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT<sup>6</sup>. Entre muitas bibliotecas, esta rotina é simplesmente denominada “fornecimento de cópias para outras instituições” ou “pesquisa para outras instituições”.

Trata-se de trabalho cooperativo relevante para o usuário e, portanto, deve ser até formalizado dentro de uma rede.

Na área jurídica, a solicitação de trechos de publicações, na maior parte dos casos publicações periódicas<sup>7</sup>, é extremamente usual. A juntada ou a citação, em processos, de acórdãos<sup>8</sup> ou artigos de periódicos é bastante frequente. Assim sendo, a demanda por cópias de revistas jurídicas que publiquem doutrina e principalmente jurisprudência, que reúne coleção de acórdãos, é intensa e faz parte da rotina diária das bibliotecas jurídicas.

## **4.3. Desenvolvimento de coleções**

O desenvolvimento de coleções se refere à política de formação do acervo da biblioteca. Decisões sobre o que adquirir, que periódicos assinar, o que descartar, o que receber como doação e o que manter para sempre no acervo são fundamentais na gestão de uma unidade de informação e conhecimento.

---

<sup>6</sup> O COMUT é um programa, gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, que tem por objetivo permitir a qualquer interessado o acesso a cópias, respeitada a legislação de direito autoral, de documentos científicos como artigos de periódicos, teses, anais de congressos, trechos de publicações etc. O usuário pode solicitar a cópia diretamente, acessando o *site* do COMUT ou através de uma biblioteca. O pagamento é centralizado na gerência do programa, que utiliza um sistema de bônus.

<sup>7</sup> Periódicos podem ser “definidos como publicações de duração indeterminada, publicadas em partes, editadas em fascículos a intervalos normalmente regulares, com a colaboração de diversos autores, sob a direção de uma ou de várias pessoas ou de uma entidade responsável, tratando de assuntos diversos porém dentro de limites de um esquema mais ou menos definido (jornais, revistas, anais etc.) (*website* do COMUT em COMUT, 2005)

<sup>8</sup> Acórdão é a decisão final conferida a um processo nos tribunais.

Informalmente, há algum tempo já existe uma prática cooperativa tácita entre bibliotecas que muito auxilia no enriquecimento e preenchimento de eventuais lacunas no acervo.

O procedimento consiste em elaborar listas de duplicatas para doação e enviá-las a outras bibliotecas para que estas selecionem as obras que lhes interessem. Tal procedimento foi bastante facilitado pelo notório progresso nas comunicações à distância. Desta forma, tais listas são, hoje em dia, remetidas por correio eletrônico e respondidas também por meio eletrônico.

Num esquema cooperativo formalizado, as bibliotecas podem estabelecer políticas de aquisição conjunta, onde se procure evitar a duplicidade na aquisição de livros e na assinatura de periódicos. Assim, deve-se previamente estabelecer que periódicos cada biblioteca cooperante vai assinar e até que livros vai adquirir.

Embora esta aquisição planejada resulte, evidentemente, em economia de gastos para as bibliotecas participantes, parece melhor que se restrinja somente a livros e coleções de periódicos não muito consultados. A experiência mostra que, em muitas ocasiões, é importante que o mesmo livro integre o acervo de diversas bibliotecas para que pelo menos um exemplar esteja sempre disponível para consulta.

#### **4.4. Empréstimo direto ao usuário**

As bibliotecas institucionais normalmente emprestam livros do seu acervo somente aos membros de instituições a que pertencem. Quando estas bibliotecas passam a formar uma rede, é natural que os usuários destas possam usufruir reciprocamente do privilégio de retirar livros por empréstimo em qualquer uma delas. Porém, se verifica na prática é que a maioria das bibliotecas prefere adotar o empréstimo interbibliotecário do que estender a usuários de outras instituições a possibilidade de retirar livros por empréstimo.

Difere do empréstimo entre bibliotecas.



O empréstimo direto ao usuário é aquele em que este se inscreve na biblioteca cooperante e passa a ter os mesmos direitos do usuário original da instituição. Portanto, o próprio leitor vai a biblioteca cooperante e retira o livro. No empréstimo interbibliotecário todas as operações são realizadas entre as instituições.

Trata-se de prática típica de compartilhamento de recursos.

#### **4.5. Empréstimo entre bibliotecas**

Empréstimo entre bibliotecas é uma das formas mais tradicionais de cooperação. Dá-se quando uma biblioteca empresta um volume do seu acervo a outra unidade congênere que o solicitou. Evidentemente, a biblioteca solicitante é a responsável pela obra enquanto não devolvida à instituição de origem.

Essa modalidade de empréstimo é extremamente facilitada dentro de uma rede pela existência de um catálogo coletivo<sup>9</sup>. Nesta base pode-se localizar rapidamente que biblioteca possui determinado livro e, se o *software* possibilitar, solicitar o empréstimo *on-line*.

#### **4.6. Indexação de periódicos**

A avidez por informações e conhecimentos recentes e atualizados é comum em todas as áreas do conhecimento. A área jurídica não foge a esta regra. A demanda por matérias sobre a nova lei de falências é um bom exemplo desta situação.

O periódico é o veículo onde são publicadas informações e matérias correntes, daí sua importância.

A indexação de periódicos consiste na atribuição de assuntos aos artigos publicados, de acordo com um vocabulário controlado. Os dados descritivos do artigo como autor, título, denominação e número do periódico e local de edição são referenciados pelas normas da

---

<sup>9</sup> Ver item 4.9.

Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT. O artigo, portanto, pode ser recuperado numa pesquisa na base tanto por assunto quanto pelos dados descritivos.

Como a quantidade de títulos de periódicos na área jurídica é expressiva, as bibliotecas optam por indexar apenas alguns títulos mais conhecidos. Assim, a informação contida em periódicos menos conhecidos acaba por “se perder”.

Verifica-se, por vezes, várias bibliotecas indexando os mesmos títulos de periódicos. O que se constitui numa duplicidade de esforços. Numa rede, uma ação coletiva programada dividindo os títulos de periódicos a serem indexados entre as unidades é um dos maiores benefícios da cooperação entre bibliotecas.

#### **4.7. Preservação**

Como experiência cooperativa entre unidades de informação, a preservação consiste no estabelecimento de políticas de comuns onde se compartilham recursos para a racionalização de gastos.

Pode-se imaginar, por exemplo, que três determinadas bibliotecas decidam microfilmear diários oficiais. Todas dispõem das coleções do Diário Oficial da União, Seção I; do Diário Oficial do Estado, Parte I e do DO-RIO. Então, é mais proveitoso que a cada uma seja cometida a responsabilidade de microfilmagem de uma coleção apenas.

Essa cooperação, nesta área, também pode se realizar através da aquisição de equipamentos de microfilmagem, por exemplo, com divisão dos gastos entre as unidades.

#### **4.8. Bases de dados de artigos de periódicos**

É o produto da indexação de periódicos (ver anexo B – exemplo de registro – RVBI).

Consultando essa base pode-se conseguir, por exemplo, uma bibliografia de artigos de periódicos sobre determinados assuntos ou localizar em que revista foi publicado um artigo de determinado autor.

#### **4.9. Catálogo coletivo (base de dados bibliográficos)**

Muito antes do advento do que chamamos modernamente de tecnologia da informação já existiam catálogos coletivos. Estes catálogos podiam se materializar em fichas catalográficas ou até em publicações impressas. Algumas bibliotecas centrais de universidades, por exemplo, mantinham o catálogo coletivo, em fichas catalográficas, que reunia o acervo das bibliotecas setoriais e da própria biblioteca central.

Com o início da automação das bibliotecas e formação das redes, o catálogo coletivo, passou por muitos a ser chamado de base de dados bibliográficos. Hoje as duas expressões são usadas.

Muitas vezes, a base de dados ou catálogo coletivo é chamada de rede. Principalmente naquelas em que o único objetivo ou o mais importante é a formação desta base/catálogo.

O catálogo isolado de uma biblioteca, obviamente, arrola os livros daquela biblioteca em registros catalográficos de acordo com normas pré-estabelecidas. O catálogo coletivo arrola o acervo das bibliotecas que dele fizeram parte, com a indicação de, em cada registro, a que instituição pertence cada exemplar (ver anexo A). Desta forma, o usuário pesquisando na base coletiva estará acessando os registros bibliográficos de diversas bibliotecas. Basta clicar apenas uma vez o assunto, o autor ou uma palavra desejada e estarão disponíveis os registros das bibliotecas integrantes da base. Se estes catálogos fossem isolados, obviamente o usuário teria de acessar a base de cada biblioteca e repetir a operação.

Numa rede de bibliotecas, o catálogo coletivo ou base de dados bibliográficos é, portanto, o produto da catalogação cooperativa.

#### **4.10. Catálogo coletivo de periódicos (base de dados de periódicos)**

O catálogo coletivo abordado no item anterior refere-se apenas à livros. Neste item, trata-se de periódicos (ver anexo C). Os periódicos são publicações com periodicidade normalmente regular que editam textos de diversos autores. São periódicos, dentre outros: as revistas, os jornais e os anuários. Na área jurídica, assumem importância não só por publicarem doutrina sobre assuntos correntes mas também, em alguns casos, legislações e principalmente jurisprudência. As revistas mais tradicionais na área jurídica são: a Revista dos Tribunais, editada desde 1912 e a Revista Forense, editada desde 1904.

As bibliotecas mantêm registros de sua coleção de periódicos, seja em fichas ou meio eletrônico. Da mesma forma que ocorre com os livros, a rede mantém uma base de dados reunindo os registros deste acervo hemerográfico, indicando a que biblioteca pertencem.

### **5. REDES DE BIBLIOTECAS**

#### **5.1. Conceito**

Na tentativa de formular um conceito para rede de bibliotecas, verifica-se de imediato a amplitude do vocábulo “rede” que é utilizado para referir-se a coisas diversas e a confusão terminológica entre a expressão “rede de bibliotecas” e “sistema de bibliotecas” ou “sistemas de informação”.

A palavra “rede”, mesmo entre bibliotecários, por vezes, como bem assinala Woodsworth (1991), é utilizada para referir-se indistintamente a *hardware*, *software*, projetos, organizações e sistemas de comunicação. Assim, é curioso constatar que também nos Estados Unidos, haja vista que a citada autora é americana, ocorre o mesmo que no Brasil em relação ao uso impreciso da palavra “rede”.

Balduino (1988, p. 51) num estudo em que coletou definições de “rede” e “sistema” de profissionais da área e estabeleceu diferenciais básicos entre os termos, concluiu que: “Os

dois aspectos “rede” e “sistema” podem coexistir em uma mesma estrutura” e quanto ao emprego dos termos entre profissionais:

“haveria uma tendência a se utilizar os termos “rede” e “sistema” para denominar estruturas semelhantes, alternando-os sem uma fundamentação. A denominação escolhida – rede ou sistema – pode estar sendo utilizada, como quase sempre acontece, para um e outros aspectos, simultaneamente.”

Na literatura especializada norte-americana, Martin (1986, p.2) assim define rede de bibliotecas:

“a group of individuals or organizations that are interconnected to form a system to accomplish some specific goal. This linkage must include a communications mechanism, and many networks exist for the express purpose of facilitating certain types of communication among members”<sup>10</sup>

Como se pode observar a autora também utiliza o termo sistema.

Woodsworth (1991, p. 2), adota a seguinte definição para rede de bibliotecas, a qual, neste trabalho, considera-se a mais simples e apropriada: “a formal organization, composed of member libraries that have some shared goal or goals, and realize the goal(s) in part through reliance on computing and telecommunications technologies”<sup>11</sup>.

## **5.2. Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI**

A Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI é uma rede de bibliotecas do poder público localizadas no Distrito Federal.

Atualmente é composta por 15 bibliotecas<sup>12</sup> de instituições dos três poderes da República e dos poderes legislativo e judiciário do Distrito Federal.

---

<sup>10</sup> Um grupo de indivíduos ou organizações que estão interconectados formando um sistema para cumprir algum objetivo específico. Esta conexão deve incluir um sistema de comunicação, e muitas redes existem com o exposto propósito de facilitar certos tipos de comunicação entre seus membros. (Tradução livre do autor deste projeto.)

<sup>11</sup> Uma organização formal, composta por bibliotecas associadas que têm algum objetivo ou objetivos comuns, e alcançam este(s) objetivo(s), em parte por meio de tecnologias de computação e telecomunicações. (Tradução livre do autor deste projeto.)

<sup>12</sup> A lista completa está disponível em <[http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/rvbi\\_bibliotecas.asp](http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/rvbi_bibliotecas.asp)>

Os tribunais federais cujas bibliotecas integram a Rede são: Supremo Tribunal Federal – STF; Superior Tribunal de Justiça – STJ; Superior Tribunal Militar – STM e Tribunal Superior do Trabalho – TST. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, órgão de cúpula do judiciário distrital, também integra a rede.

De acordo com o *website* da Rede, em RVBI (2005), é gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal e originou-se da extinta Rede SABI – Subsistema de Administração de Bibliotecas, iniciada em 1972.

Ainda conforme RVBI (2005), a RVBI nasceu em 2000, com a implantação do *Aleph*, novo *software* para gerenciamento de bibliotecas, utilizado inclusive em bibliotecas digitais.

As principais ações cooperativas desenvolvidas são a catalogação cooperativa e a indexação de periódicos.

Dessas atividades resultam bases de dados coletivas<sup>13</sup> (ver anexos A, B e C) das seguintes espécies de publicações: livros (funciona como um catálogo coletivo), artigos de periódicos, coleção de periódicos (catálogo coletivo de periódicos), artigos de jornais, obras raras, coleção digital e a base geral.

Há outra base denominada VCB e AUTR, que contém o Vocabulário Controlado Básico e as Autoridades. Estes se constituem em listas de assuntos, de nomes pessoais, de entidades, de locais e outros para padronização desses pontos de acesso. São instrumentos auxiliares no trabalho técnico de catalogação e indexação.

As bases estão disponíveis para consulta na internet e são importantes fontes de pesquisa jurídica.

Em qualquer uma dessas bases pode-se pesquisar por qualquer palavra ou nome. Se, alguém solicitar, por exemplo, o assunto direito autoral na base de livros, terá como resultado da pesquisa os registros bibliográficos existentes naquela base sobre aquele assunto. Em cada

---

<sup>13</sup> As bases estão disponíveis em <<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/pesquisa.asp>>

registro aparece a sigla da biblioteca que possui a obra. Basta clicar sobre a sigla e serão informados os dados de localização do livro na biblioteca cooperante e a sua situação (se está emprestado, se há reserva etc.).

A base de artigos de periódicos contém registros de 500 títulos de publicações periódicas (informação oral) que são indexados<sup>14</sup> pelas bibliotecas cooperantes. Os títulos a serem indexados são divididos entre as bibliotecas participantes. Sendo que a Biblioteca do Senado indexa a maior parte.

Segundo Passos (1995) e o *website* da Rede em CONHEÇA (2005), a rede é gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal, através da Gerência da Rede, órgão a ela subordinado.

A gerência tem entre outras funções, conforme CONHEÇA (2005): “orientar e coordenar a participação das bibliotecas na RVBI”; “padronizar os critérios de catalogação, classificação e indexação dos documentos” ; promover reuniões com as bibliotecas participantes e coordenar o treinamento dessas unidades de cooperação.

Outra função importante da gerência é controlar a qualidade das informações que as bibliotecas cooperantes cadastram *on-line* nas bases de dados. Este controle de qualidade é feito por amostragem (informação oral). A gerência da rede então verifica se nos registros bibliográficos inseridos estão sendo seguidas as normas de catalogação do Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2, se as normas de referência bibliográfica da ABNT estão sendo devidamente utilizadas nos artigos de periódicos e se os assuntos e entradas de nomes estão de acordo com padrão estabelecido no Vocabulário controlado e no Catálogo de Autoridades.

---

<sup>14</sup> É importante enfatizar que a palavra indexação aqui se refere à técnica de biblioteconomia que consiste em atribuir assuntos a determinado documento (no caso artigo de periódico), utilizando como fonte o vocabulário controlado utilizado pela biblioteca. As palavras não são necessariamente retiradas do texto do artigo.

### 5.3. Rede Bibliodata

A Rede Bibliodata<sup>15</sup> é:

“uma rede cooperativa de bibliotecas que têm seus acervos representados no Catálogo Coletivo Bibliodata, realizam a catalogação cooperativa e compartilham produtos e serviços, visando a redução de custos, além de promover a difusão dos acervos bibliográficos de suas instituições” (REDE, 2005a)

A rede é gerenciada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e é composta por 53 bibliotecas brasileiras das mais diversas localidades. A expressiva maioria destas bibliotecas pertencem a instituições de ensino superior.

Na estrutura organizacional, conforme o *website* em ESTRUTURA (2005), destaca-se a Unidade Central, “da competência da Fundação Getúlio Vargas”, órgão executivo da Rede, responsável pela operação, manutenção e desenvolvimento da Rede. É coordenada pelo Vice-Diretor da Divisão de Tecnologia da Informação – DITI.

A Comissão diretora, órgão deliberativo, estabelece políticas gerais e propõe ações para a Rede. É constituída por dois membros natos: um representante da FGV e um representante da Biblioteca Nacional; e cinco membros eleitos dentre as instituições participantes.

Na estrutura ainda estão previstas: uma comissão consultiva para assessorar a comissão diretora e comissões técnicas que podem ser criadas pelo citado órgão deliberativo.

A Bibliodata iniciou suas atividades em fins dos anos setenta e início dos anos oitenta.

Atualmente utiliza os *softwares* da *Virginia Tech Library System* – VTLS.

O formato de entrada de registros bibliográficos usado é o MARC21<sup>16</sup>, muito usado internacionalmente.

A participação das bibliotecas na Rede depende de assinatura de contrato de prestação de serviços com a FGV. A instituição participante paga mensalmente pelos serviços prestados.

O principal produto da Rede é o catálogo coletivo, resultante da principal atividade cooperativa: a catalogação cooperativa.

---

<sup>15</sup> Esta seção foi redigida a partir da leitura das informações contidas no *website* da Rede Bibliodata: <http://www2.fgv.br/bibliodata/> e informações orais

<sup>16</sup> *Machine-Readable for Cataloging*



O catálogo coletivo é constituído majoritariamente de registros catalográficos de livros. Algumas bibliotecas incluíram periódicos e artigos.

As bibliotecas cooperantes incluem os registros bibliográficos de seu acervo *on-line* na base de dados da rede (informação oral). Essas unidades devem seguir os padrões estabelecidos nos manuais da rede e quanto à catalogação é adotado o *Anglo-American Cataloging Rules – AACR2*.

De acordo com o *website* em REDE (2005b), além de outros produtos como manuais de catálogos e do sistema, CD-ROM do catálogo coletivo, Cat-Bib (editor de texto e gerador de produtos bibliográficos) e catálogo de autoridades (para padronizar a forma de entrada de nomes e assuntos), a biblioteca participante pode receber, de acordo com o contrato, fichas catalográficas, etiquetas e livros de registro.

São também prestados vários serviços, entre os quais vale destacar: treinamento e assistência técnica, cursos à distância e presenciais, consultoria para bibliotecas e outros na área de tecnologia da informação de interesse para bibliotecas.

## **6. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INTEGRAÇÃO EM REDE**

### **6.1. Para a biblioteca**

De acordo com Woodsworth (1991), uma das principais razões pelas quais as bibliotecas se integram em redes é o autêntico desejo de promover maior acesso à informação. Além dessa motivação, pode-se também identificar algumas vantagens que estimulam as bibliotecas a participar de ações coletivas, como:

- Redução de custos;
- Prestar melhor serviço ao usuário em decorrência da ampliação do acesso à informação;
- Reconhecimento da sociedade.

A redução de custos geralmente é apontada como um dos principais benefícios da rede cooperativa, embora num primeiro momento possa haver considerável dispêndio de recursos com *software* e computadores.

Há diversas maneiras de economizar recursos ou reduzir gastos dentro de um contexto de rede.

Um exemplo deste benefício foi mostrado por Phyllis Spies, à época vice-presidente do OCLC, citada por Juergens (1996), descreve que um estudo de 1977 do *Council on Library Resources* estimava que as bibliotecas acadêmicas gastavam em média \$330 por título catalogado e que, em 1992, um estudo da Universidade de Iowa revelou que o custo médio do título catalogado era de \$11,53 dentro do OCLC.

Outra forma de redução de gastos seria o planejamento da aquisição de livros e periódicos de forma a evitar duplicidade de exemplares dentro do acervo das unidades que compõem a rede. É também possível economizar na preservação do acervo<sup>17</sup>.

O próprio compartilhamento do acervo das bibliotecas do acervo já representa economia de recursos.

Enfim, a possibilidade de redução de custos será tanto maior quanto for a criatividade dos profissionais responsáveis pela ação coletiva.

A prestação de um serviço melhor fica evidente por permitir ao usuário acesso ao acervo de outras instituições, ampliando portanto o campo de pesquisa.

O reconhecimento pela sociedade é uma consequência natural de qualquer ação, trabalho ou projeto que se revele benéfico para o cidadão e a sociedade em geral.

Os serviços das redes de bibliotecas, trazem diversos benefícios ao cidadão e usuário, resultando por conseguinte, no reconhecimento da excelência dos serviços prestados e melhoria da imagem das instituições participantes.

---

<sup>17</sup> Maiores detalhes sobre redução de custos com preservação ver seção 4.7

Quanto às eventuais desvantagens para as unidades integrantes de uma rede, a mais evidente, que se pode perceber é a interdependência.

Sem dúvida, para que se tenha êxito na consecução dos objetivos torna-se essencial que cada unidade cumpra o seu papel. Se, por exemplo, determinadas unidades forem incumbidas de indexar certos títulos de periódicos e não o fizerem, a base ficará incompleta e portanto comprometida. Isso pode resultar no insucesso da rede.

Uma certa perda de autonomia também pode ser detectada. Ocorre na medida em que as decisões isoladas de uma unidade têm de ser pensadas de forma a não interferir na rede.

Embora estes problemas possam ocorrer, são flagrantemente suplantados pelos benefícios que o empreendimento pode proporcionar às unidades e aos usuários.

## **6.2. Para o usuário**

O usuário é o grande beneficiário da formação de uma rede de bibliotecas. Os serviços de que pode passar a dispor são:

- Acesso a bases de dados coletivas, reunindo o acervo de várias bibliotecas;
- Localização rápida de que biblioteca possui determinado livro ou periódico;
- Empréstimo de livros das bibliotecas integrantes da rede (seja com intermediação de uma biblioteca ou diretamente);
- Fornecimento de cópias de trechos de livros ou periódicos;
- Bibliografias por assunto ou autor (livros e artigos de periódicos).

O usuário poderá ter mais benefícios. Isto dependerá do que convencionar a Rede.

Cabe esclarecer que o sentido de usuário aqui é aquele que assim for reconhecido pela Rede, que pode limitar o acesso a funcionários das instituições convenientes ou estabelecer outro tipo de limitação. No entanto, qualquer cidadão se beneficia, haja vista que estas bases, naturalmente estarão disponíveis para consulta na internet.

## **7. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS JURÍDICAS DO PODER PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **7.1. Dimensão da rede**

Propõe-se a formação de uma rede, integrada pelas bibliotecas da ALERJ, da EMERJ, da PGE-RJ, do MP-RJ e do TJRJ.

A reunião das informações bibliográficas do acervo destas instituições em bases de dados, possibilitará o acesso à cerca de 176.000 volumes entre livros e periódicos.<sup>18</sup>

Convém que a criação da rede seja formalizada através de convênio ou protocolo onde sejam estabelecidos os objetivos e as diretrizes gerais.

Recomenda-se, posteriormente, a assinatura de um termo de cooperação ou a elaboração de um regimento onde se detalhe as atividades técnicas, bem como as obrigações e direitos das unidades integrantes da rede.

### **7.2. Objetivo**

Reunir esforços, compartilhar recursos e desenvolver atividades cooperativas para proporcionar ao usuário das bibliotecas participantes o mais amplo acesso à informação.

### **7.3. Estrutura organizacional**

A rede proposta deve ser gerida por dois órgãos: a Comissão da Rede, órgão deliberativo de cúpula e a Gerência Operacional da Rede, órgão executivo.

A Comissão da Rede sugerirá a criação do órgão executivo e a que unidade deverá ficar subordinado. Recomenda-se que integre a estrutura de uma das bibliotecas participantes.

Competência da Comissão da Rede:

---

<sup>18</sup> Totalização da resposta à primeira questão da entrevista semi-estruturada, cf. Anexos D a I

- Estabelecer as diretrizes gerais de funcionamento e propor ações cooperativas para o desenvolvimento da Rede;

- Decidir sobre questões relevantes que lhe forem apresentadas pelas bibliotecas participantes.

Competência da Gerência Operacional da Rede:

- Coordenar as atividades da Rede;

- Implementar as deliberações da Comissão da Rede;

- Estabelecer padrões para as atividades técnicas desenvolvidas;

- Prestar suporte em tecnologia da informação;

- Coordenar o treinamento dos profissionais das bibliotecas cooperantes;

- Promover reuniões entre as unidades integrantes da Rede.

#### **7.4. Software**

A decisão sobre a escolha do *software* a ser utilizado para automação dos serviços da Rede, reveste-se de grande importância numa ação coletiva dessa natureza.

Atualmente, a idéia de desenvolver um *software* próprio parece não ser a mais apropriada, visto ser dispendiosa não só no aspecto financeiro mas também em relação ao tempo que se levaria para concluir a tarefa.

Há vários *softwares* para automação de bibliotecas disponíveis no mercado.

Cotejando as respostas da segunda questão da entrevista semi-estruturada com os profissionais integrantes da rede proposta (ver anexos D a I), observa-se que somente a PGE e o MP utilizam o mesmo programa. Portanto, é necessário que se opte por um deles ou até se escolha um outro.

Sugere-se então, que a Comissão da Rede escolha um *software* que apresente as seguintes características:

- Capacidade para suportar a quantidade de registros da rede;
- Compatibilidade com o formato MARC ( *Machine-Readable for Cataloging*), formato padrão de entrada de dados bibliográficos usado internacionalmente;
- Permitir a mais ampla possibilidade de pesquisa na recuperação da informação;
- Permitir o empréstimo entre bibliotecas;
- Possibilitar a pesquisa da situação do documento (se está disponível, emprestado, na encadernação, se há reserva etc.);
- Permitir o processamento técnico de material digital;
- Possibilitar a indexação de leis e outros documentos jurídicos.

### **7.5. Ações cooperativas**

Propõe-se que a Rede desenvolva as seguintes ações cooperativas:

- Empréstimo interbibliotecário;
- Comutação bibliográfica (fornecimento de cópias do acervo);
- Catalogação cooperativa;
- Indexação de periódicos;
- Indexação de legislação.

A Rede que se sugere deve disponibilizar, para todas as unidades e para o público em geral através da internet os seguintes produtos:

- Catálogo coletivo (Base de dados bibliográficos);
- Catálogo coletivo de periódicos (Base de dados de periódicos);
- Base de dados de artigos de periódicos;
- Base de dados de legislação.

O empréstimo entre bibliotecas e a comutação bibliográfica devem ser as primeiras atividades a serem implementadas pela Rede. O empréstimo interbibliotecário já é feito, à

exceção de uma delas, pelas unidades integrantes do projeto cooperativo proposto, sem convênio pré-estabelecido, conforme respostas da questão cinco da entrevista (ver anexos D a I).

Estas atividades devem ser formalizadas e estabelecidos critérios. Recomenda-se que as obras raras e as obras de referência (dicionários, enciclopédias etc.) não sejam objeto do empréstimo.

Posteriormente, numa segunda etapa, propõe-se a implementação da catalogação cooperativa de livros e a indexação de periódicos.

Quanto à catalogação, recomenda-se a escolha de uma data para que seja iniciada com alimentação de dados na base bibliográfica. Concomitantemente deve ser encontrada uma fórmula para a inclusão dos registros bibliográficos produzidos anteriormente à existência da rede.

Também será imprescindível que se estabeleça padrões de catalogação. Recomenda-se, assim, que seja adotado o *Anglo-American Cataloging Rules – AACR2* e reuniões sejam realizadas para padronização das entradas de nomes pessoais, entidades, locais etc. Para padronização dos assuntos recomenda-se a utilização do Vocabulário Controlado da Rede RVBI e Vocabulário do Conselho da Justiça Federal. Reuniões deverão ser realizadas também para padronização dos assuntos.

A indexação de periódicos, pelas respostas da questão quatro (ver anexos D a I), é realizada por duas instituições: o TJ e a EMERJ. Ambas indexam 61 títulos de periódicos. Recomenda-se, portanto que a Rede indexe 100 títulos de periódicos, que deverão ser divididos de acordo com a possibilidade de cada unidade.

Numa última etapa pode ser implementada a indexação de legislação.

A realização desta atividade em rede é complexa, considerando que se as unidades atrasarem a indexação dos atos legislativos que lhes cabem acabarão por prejudicar as outras unidades.

No entanto, pelas respostas da terceira questão da entrevista (ver anexos D a I), observa-se que quase todas as bibliotecas indexam legislação, concluindo-se que a mesma lei deva ser indexada em cada uma delas, caracterizando a duplicidade de esforços que o trabalho cooperativo tem por escopo evitar.

Também é complexa a divisão das espécies de atos legais entre as unidades se fosse admitido o esquema cooperativo. Pode-se adiantar que a legislação institucional produzida por cada uma das unidades (resoluções, portarias etc) deve ser indexada, logicamente, pelas mesmas. A decisão caberia à Comissão da Rede.

## **8. CONCLUSÃO**

A integração das bibliotecas em rede, como demonstrado, traz benefícios para as instituições envolvidas no projeto e para os usuários.

A criação de uma rede de bibliotecas jurídicas do poder público do Estado do Rio de Janeiro ampliaria e facilitaria o acesso à informação jurídica disponibilizada pelas bibliotecas participantes.

Neste trabalho apenas uma proposta foi apresentada; o que já se constitui num primeiro passo para sua realização.

Contudo, além dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários, num projeto dessa amplitude, que reúne instituições diferentes, é essencial que a integração seja plena entre os envolvidos.

O envolvimento no projeto deve ser geral. Deve contagiar todos os funcionários, já que, como em toda nova atividade, novas rotinas serão implementadas e haverá modificações.



O sucesso da Rede dependerá muito mais da efetiva cooperação entre as partes do que da dotação de recursos.

É, portanto, fundamental que as bibliotecas participantes atuem convergindo para o alcance do objetivo comum.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOUT OCLC. Disponível em: <<http://www.oclc.org/about/default.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2005.

BALDUINO, Patricia. **Política de compartilhamento de recursos informacionais nas redes e sistemas de informações em instituições do poder público brasileiro**. 1988. 92 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

COMUT: manual do sistema. Disponível em: <<http://comut.ibict.br/comut/help/ajuda.jsp>>. Acesso em: 30 mar. 2005.

CONHEÇA a biblioteca: Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/conheca\\_quem.asp](http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/conheca_quem.asp)>. Acesso em: 28 mar. 2005.

CUNHA, Murilo Bastos da. Rede de dados bibliográficos no Brasil: uma necessidade real. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 1987.

ESTRUTURA organizacional: rede Bibliodata. Disponível em: <<http://www2.fgv.br/bibliodata/indexmodelo.asp?modelo=quemsomos.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2005.

FERREIRA, José Rincon et al. Redes nacionais de informação, catalogação na fonte e outras experiências. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.12, n.1/2, p. 51-66, jan./jun. 1979.

JUERGENS, Bonnie. Library networking in the United States based upon observations and experience at AMIGOS. In: WOODSWORTH, Anne; JUERGENS, Bonnie. **The use of information technology in sharing information**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, DIGI, 1996.

MARTIN, Susan K. **Library networks, 1986-87: libraries in partnership**. White Plains: Knowledge industry, 1986.

PASSOS, Edilenice; CHAMARELLI, Marilúcia. Rede de bibliotecas gerenciada pelo Senado Federal. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 1995.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Redes e sistemas de informação: aplicação da tecnologia no desenvolvimento de bibliotecas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, DIGI, 1997.

REDE Bibliodata: bem-vindo à Rede Bibliodata. Disponível em: <<http://www2.fgv.br/bibliodata/>>. Acesso em: 30 mar. 2005.

REDE Bibliodata: produtos e serviços. Disponível em: <<http://www2.fgv.br/bibliodata/indexmodelo.asp?modelo=prodserv.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2005.

ROBREDO, Jayme. **Documentação de hoje e amanhã**: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação. Colaboração de Murilo B. da Cunha. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Edição do Autor, 1986.

RVBI: histórico. Disponível em:<[http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/rvbi\\_historico.asp](http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/rvbi_historico.asp)>.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WOODSWORTH, Anne. **Library cooperation and networks**: a basic reader. New York: Neal-Schuman Pub., 1991.

\_\_\_\_\_. Networks and sharing resources: implications and cycles. In: WOODSWORTH, Anne; JUERGENS, Bonnie. **The use of information technology in sharing information**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, DIGI, 1996.

WORLDCAT: window to the world's libraries. Disponível em: <<http://www.oclc.org/worldcat/default.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2005.

## 10. ANEXOS

### ANEXO A

Visualização do registro de um livro na base de dados bibliográficos da RVBI

RVBI (LIVRO) - Visualização do Registro

2 de 28 Escolher formato: [Completo](#) [+Localização do exemplar](#) [Referência](#) [Referência](#) [+Localização do exemplar](#) [Etiquetas numéricas](#)

- Clicar em "EXEMPLARES" para verificar a localização e disponibilidade dos exemplares.
- Clicar sobre o conteúdo sublinhado para pesquisar outros registros semelhantes.
- Clicar sobre um campo sublinhado para acessar lista de índices alfabéticos.

-

Base	Livro
<a href="#">Autor</a>	<a href="#">Gasparini, Diogenes, 1934-.</a>
<a href="#">Título</a>	<a href="#">Direito administrativo / Diogenes Gasparini. --</a>
Edição	9. ed., rev. e atual. --
<a href="#">Imprenta</a>	<a href="#">São Paulo :</a>
	Saraiva,
	2004.
Descrição física	924 p.
Nota Bibliográfica	Inclui bibliografia.
<a href="#">Assunto</a>	<a href="#">Direito administrativo, Brasil.</a>
<a href="#">Assunto</a>	<a href="#">Contrato administrativo, Brasil.</a>
<a href="#">Assunto</a>	<a href="#">Administração pública, Brasil.</a>
<a href="#">Assunto</a>	<a href="#">Servidor público, Brasil.</a>
<a href="#">Assunto</a>	<a href="#">Serviço público, Brasil.</a>
<a href="#">Assunto</a>	<a href="#">Ato administrativo, Brasil.</a>
<a href="#">Assunto</a>	<a href="#">Licitação, Brasil.</a>
<a href="#">Assunto</a>	<a href="#">Responsabilidade civil do Estado, Brasil.</a>
ISBN	8502045172
No.sistema	0680919
<a href="#">Exemplares</a>	<a href="#">CAM</a>

<u>Exemplares</u>	<u>MJU</u>
<u>Exemplares</u>	<u>PGR</u>
<u>Exemplares</u>	<u>SEN</u>
<u>Exemplares</u>	<u>STF</u>
<u>Exemplares</u>	<u>STJ</u>
<u>Exemplares</u>	<u>TCD</u>
<u>Exemplares</u>	<u>TJD</u>
<u>Exemplares</u>	<u>TST</u>
<u>Exemplares</u>	Bibliotecas da Rede RVBI

## ANEXO B

Visualização do registro de um artigo de periódico na base de dados de artigos da RVBI de periódicos

RVBI (ARTPER) – Visualização do Registro

6 de 17 Escolher formato: [Completo](#) [Referência](#) [Etiquetas numéricas](#)  
[+Localização do exemplar](#) [+Localização do exemplar](#)

- Clicar em "EXEMPLARES" para verificar a localização e disponibilidade dos exemplares.
- Clicar sobre o conteúdo sublinhado para pesquisar outros registros semelhantes.
- Clicar sobre um campo sublinhado para acessar lista de índices alfabéticos.

-

Base	Artigo de revista
Autor	Mello, Marco Aurélio Mendes de Farias. 1946-.
Título	A dor a mais.
In	<u>ADV Advocacia dinâmica : boletim informativo semanal, v.24, n.45, p.688-687, 14 nov. 2004.</u>
Notas	ADV advocacia dinâmica : boletim informativo semanal : paginação decrescente.
Trecho do Artigo	"Em se tratando de anencefalia, a ciência médica atua com 100% de certeza. Consoante atestam confiáveis dados estatísticos, 50% dos fetos anencéfalos morrem no período intra-uterino. Se porventura a gestação chega a termo, a sobrevivida é diminuta, não havendo nenhuma chance de serem afastados os efeitos da deficiência".
Assunto – Aut Corp	<u>Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).</u>
Assunto	<u>Aborto, decisão judicial, Brasil.</u>
Assunto	<u>Defeito congênito, Brasil.</u>
No.sistema	0715708
Exemplares	<u>CAM</u>
Exemplares	<u>PGR</u>
Exemplares	<u>SEM</u>
Exemplares	<u>STF</u>
Exemplares	<u>STJ</u>
Exemplares	<u>TJD</u>
Exemplares	Bibliotecas da Rede RVBI

## ANEXO C

Visualização de um registro de periódico na base de periódicos da RVBI

RVBI (PERIOD) - Visualização do Registro

1 de 1	Escolher formato:	<u>Completo</u> <u>+Localização do</u> <u>exemplar</u>	<u>Referência</u>	<u>Referência</u> <u>+Localização do</u> <u>exemplar</u>	<u>Etiquetas</u> <u>numéricas</u>
--------------	----------------------	--	-------------------	--	--------------------------------------

- Clicar em "EXEMPLARES" para verificar a localização e disponibilidade dos exemplares.
- Clicar sobre o conteúdo sublinhado para pesquisar outros registros semelhantes.
- Clicar sobre um campo sublinhado para acessar lista de índices alfabéticos.

-

Base	Revista
<u>Título</u>	Revista dialética de direito tributário. --
<u>Imprenta</u>	<u>São Paulo :</u>
	Oliveira Rocha,
	1995-.
Descrição física	v. ;23 cm.
Datas de Publicação	N. 1 (1995)-.
Nota de Citação	Bibliografia Brasileira de Direito - BBD
Responsabilidade	Indexada pela Biblioteca do Senado Federal - SEN e Editora Dialética (ver Internet).
<u>Assunto</u>	<u>Direito tributário.</u>
<u>Assunto</u>	Tributo, jurisprudência.
ISSN	1413-7097
Link imagem	<a href="http://www.dialetica.com.br/">http://www.dialetica.com.br/</a> Acesso em 26/6/2002.
No.sistema	0503255
<u>Exemplares</u>	<u>AGU</u>
<u>Exemplares</u>	<u>CAM</u>
<u>Exemplares</u>	<u>SEN</u>
<u>Exemplares</u>	<u>STF</u>
<u>Exemplares</u>	<u>STJ</u>
<u>Exemplares</u>	Bibliotecas da Rede RVBI

## **ANEXO D**

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA**

1. Qual o quantitativo do acervo da biblioteca em livros e folhetos?
2. A biblioteca é informatizada? Qual o *software* utilizado?
3. Que atividades técnicas a biblioteca desenvolve?
4. A biblioteca indexa artigos de periódicos? De quantos periódicos?
5. A biblioteca empresta livros?



## **ANEXO E**

### **RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA**

#### **BIBLIOTECA DA ALERJ**

1. 30.000 volumes.
2. Sim. *Software* – Informa online – Empresa: Modo Novo.
3. Catalogação, classificação e indexação exaustiva da legislação estadual e seletiva da federal e municipal.
4. Não.
5. Sim. Somente para funcionários efetivos e membros da Instituição. Empréstimo entre bibliotecas é admitido.

**ANEXO F**  
**RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA**  
**BIBLIOTECA DA EMERJ**

1. 13.209 livros e folhetos e 280 títulos de periódicos.
2. Sim. WinISIS.
3. Catalogação, classificação e indexação de legislação municipal (seletivamente) de modo a complementar a indexação do TJ.
4. Sim. 18 títulos. Os títulos são diferentes dos indexados pelo TJ de modo a não haver duplicidade.
5. Empréstimo somente para alunos da EMERJ. Admite empréstimo entre bibliotecas.

**ANEXO G**  
**RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA**  
**BIBLIOTECA DO MP-RJ**

1. 11.327 livros e 242 títulos de periódicos.
2. Sim. Argonauta Biblioteca.
3. Catalogação e classificação.
4. Não. Utiliza bases disponíveis na internet quando necessário.
5. Sim. Empréstimo a Membros do M.P. e alunos de instituições ligadas ao M.P. Aceita pedidos de empréstimo de outras bibliotecas.

**ANEXO H**  
**RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA**  
**BIBLIOTECA DA PGE**

1. 40.000 volumes.
2. Sim Argonauta Biblioteca.
3. Catalogação, classificação e indexação exaustiva da legislação estadual e seletiva da federal e municipal.
4. Não.
5. Empréstimo restrito a procuradores e funcionários da instituição.

**ANEXO I**  
**RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DA ENTREVISTA**  
**BIBLIOTECA DO TJ-RJ**

1. 81.259 volumes.
  2. Sim. Sabiá – Sistema de Automação Bibliotecária.
  3. Catalogação, classificação, indexação de legislação federal, estadual e municipal.
  4. Sim. Indexa 43 títulos de periódicos.
  5. Empréstimo restrito aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- Aceita pedidos de empréstimo de outras bibliotecas.